

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8035, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE “APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2011-2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” – PL 8035/10

**EMENDA Nº /2011
(Do Sr. Antonio Brito)**

Modifique-se a Estratégia 3.5. do Anexo ao PL nº 8.035 de 2010, que passa a ter a seguinte redação:

Estratégia 3.5 - Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e pelas entidades beneficentes certificadas (CEBAS) com área preponderante na Educação, na forma do art. 13, § 1º, I, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

JUSTIFICATIVA

Observando as especificidades da legislação, em atenção ao Catálogo Nacional de Cursos e na articulação do território no desenvolvimento dos itinerários formativos, as entidades beneficentes com preponderância na área de Educação ofertam, assim como as entidades vinculadas ao sistema sindical, educação de qualidade para os jovens estudantes do Ensino Médio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9394/1996, com as alterações promovidas pela lei 11.741/2008, prevê que a educação profissional e tecnológica de nível médio deve ser feita de modo a preparar os jovens para o mercado de trabalho, sem descuidar da formação geral do educando.

Também vale citar o Art. 40 da LDB (9394/1996) que reza: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.”

Tal modalidade educativa pode ser feita nos parâmetros definidos na Seção IV-A da LDB, percebendo-se, com isso, que as entidades beneficentes possuem plena capacidade de auxiliar no alcance deste objetivo educacional, sobretudo junto às comunidades socialmente vulneráveis onde costumeiramente atuam.

Assim, é recomendável que se viabilize como uma das possibilidades prioritárias da educação profissionalizante e tecnológica não apenas ao chamado sistema “S”, mas também às entidades beneficentes devidamente certificadas, atingindo-se uma quantidade maior de jovens estudantes.

Sala das Comissões, de maio de 2011.

Antonio Brito
Deputado Federal